



Anais da Assembléia

N.º 97

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE AGOSTO DE 1977

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 144ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Lúcio Machado, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Buffara e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Antônio Facci, Augusto Carneiro, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer, Accioly Neto e Alfredo Gulin (35); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Edilson Alencar, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Otássio Pereira, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

- O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.
- O SR. PRESIDENTE — (Lúcio Machado). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

EM VOTAÇÃO — DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 409/77, Veto apostado ao Projeto de Lei número 216/73, de autoria do Deputado Jorge Sato, que disciplina a função de Despachante perante a Secretaria de Segurança, exceptuando o DETRAN, e dá outras providências. Parecer da CCJ., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro a chamada dos Srs. Deputados para verificação do "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — A Presidência defere. O Sr. Primeiro Secretário procederá à chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada.)

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — Responderam à chamada 29 Srs. Deputados, há "quorum" para votação. Em votação a Proposição 409/77. — Aprovado...

O SR. MAURÍCIO FRUET (Pela ordem). — Sr. Presidente. Está em votação veto apostado a projeto de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, "que disciplina a função de Despachante perante a Secretaria de Segurança, exceptuando o DETRAN, e dá outras providências."

Nessas condições, Sr. Presidente, gostaria que V. Exa.

disciplinas e esclarecesse qual o comportamento dos Srs. Deputados quanto à forma de votação.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — Nobre Deputado, a Presidência colocará em votação o projeto. Os Srs. Deputados que votarem contra que se levantem; os Srs. Deputados que votarem a favor que permaneçam como estão. — Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem). — Sr. Presidente, V. Exa. colocou em votação o projeto ou o veto?

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — O projeto.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem). — Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. esclarecesse qual a maneira de votar, porque a sessão está um pouco confusa e não entendemos bem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem). — Sr. Presidente.

Tão somente para ficar consignado na ata dos trabalhos desta Casa o meu protesto pela maneira como determinados Srs. Deputados conduzem a votação neste plenário. Esse é um dos momentos mais sérios e não deve se prestar a brincadeira.

V. Exa. colocou a matéria em votação, de acordo com o Regimento Interno da Casa. Não haveria porquê se levantar questões quanto ao procedimento da Mesa.

O SR. LINEU TURRA (Pela ordem). — Sr. Presidente, observo que desde a oportunidade em que V. Exa. colocou a matéria em votação o fez de maneira certa. O projeto foi aprovado, posteriormente foi ratificada a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — A Presidência considerando a Questão de Ordem do Sr. Deputado Lineu Turra, considera o projeto aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem). — V. Exa. está cometendo uma violência, V. Exa. está fazendo uma barafunda, uma confusão.

Solicito a V. Exa. que proceda a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — A Presidência defere. Será procedida a verificação de votação.

O SR. PAULO CAMARGO (Pela ordem). — Para auxiliar a Mesa, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, na apreciação do veto, há necessidade de 2/3 de votos, pelo projeto que esteja em discussão; evidentemente, neste caso terá que ser encaminhada a votação, sempre em forma de votação, porque não de ser contados os Srs. Deputados que votam a favor, ou, contra.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — Em votação o Veto apostado ao Projeto de Lei número 216/73; os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o Veto, permaneçam como estão.

Em votação, o Projeto de Lei número 216/73; os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o projeto, queiram sentar-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO — 10 Srs. Deputados votaram a favor do Veto.

O SR. PAULO CAMARGO (Pela ordem). — Sr. Presidente, há 11 Srs. Deputados que votaram contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — Rejeitado o veto, e aprovado o projeto.

(Diversos Srs. Deputados pedem a palavra, Pela Ordem, simultaneamente).

A Presidência informa que 10 Srs. Deputados votaram pelo Veto.

(O Sr. Deputado Erondy Silvério pede a palavra, pela ordem).

O SR. 1º SECRETÁRIO — Sr. Presidente, os Srs. Deputados Gabriel Manoel, Ezequias Losso e Fabiano Braga Cortes, permaneceram sentados.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem). — Não, Sr. Presidente, eu permaneci em pé e votei a favor do veto! Meu voto é livre, e eu voto com o veto!

Não houve 2/3.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — A Presidência solicita dos Srs. Deputados que, cada um tome o seu lugar.

É matéria vencida.

O SR. GABRIEL MANOEL — Como, é matéria vencida, Sr. Presidente? Está havendo um equívoco!

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — Em discussão o Projeto de Resolução número 181/77....

(Protestos de diversos Srs. Deputados).

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, não é, não pode ser matéria vencida!

Votei a favor do veto, meu voto é portanto a favor do veto!

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem). — Sr. Presidente, a votação não atingiu os 2/3 regimentais.

O SR. PAULO CAMARGO (Pela ordem). — Sr. Presidente, houve um equívoco da Mesa, porque deveria ser enunciado o número de Srs. Deputados que votaram com o projeto, para, depois, ser anunciada a votação do veto, quando então constataríamos se houve os 2/3 necessários para a rejeição do veto; não tendo sido anunciado o número de Srs. Deputados que votaram com o projeto, apenas dos que votaram contrariamente ao projeto, evidentemente que não pode haver!

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, acharia prudente uma nova verificação de votação, considerando que foi mencionado pelo Secretário da Mesa que nós teríamos permanecido sentados quando nós nos levantamos. Então, para que não fiquem dúvidas pairando pelo ar, seria conveniente uma nova verificação de votação. Assim fica bem esclarecido.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — Em atendimento à Questão de Ordem levantada pelo Deputado Ezequias Losso, a Presidência vai reconsiderar a votação e colocar o projeto em nova votação.

Pela ordem, com a palavra o nobre Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, o Artigo 176 do Regimento Interno diz claramente: “nas votações simbólicas após proclamado pelo Presidente o seu resultado, — esta foi a primeira votação que houve, qualquer Deputado que tenha dela participado pode pedir verificação da votação.

Parágrafo 1º — Requerida a verificação, o Presidente imediatamente convidará a levantarem-se os Deputados que votarem a favor a fim de ser procedida a contagem. Feita esta e depois sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantar os que votarem contra para que também se proceda a contagem proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra.

Art. 152 — É proibido expressamente ao Deputado discutir matéria vencida, apenas, podendo enviar à Mesa simples declaração escrita de voto.”

Bem, se na primeira votação já, Sr. Presidente, foi esclarecida pela Mesa a requerimento do nobre Deputado Paulo Camargo votou-se pela aprovação do projeto e claramente o projeto foi aprovado, em seguida à aprovação ninguém pediu verificação de votação. O que se pediu...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela Ordem.

O SR. MUGGIATI FILHO — Estou com a palavra, Pela Ordem, Sr. Presidente, tenho dez minutos para falar de acordo com o Regimento e peço que seja respeitada a minha palavra, pela ordem. Não existe Questão de Ordem de Questão de Ordem. O Deputado Gabriel Manoel ao falar, em seguida à pri-

meira votação, não pediu verificação de votação.

Em seguida outro Deputado falou para, finalmente um terceiro... um terceiro Deputado pediu verificação de votação quando já se discutia outra matéria.

Mas em seguida à votação o que se pediu foi esclarecimentos sobre a maneira de votar.

Ora, nós não estamos aqui para ouvir pedido de esclarecimentos de Deputados que não acompanham os trabalhos da Casa, todos devem estar atentos à hora da votação. A votação passou, Sr. Presidente, e V. Exa. ainda benevolmente, consentiu verificação, reconsiderando.

Agora V. Exa. reconsidera outra vez matéria vencida. Para mim o Sr. deve ter computado os votos. E V. Exa. reconsidera outra vez?

Peço a V. Exa. que se mantenha dentro do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — A Presidência, esclarecendo questão de ordem do nobre Deputado Muggiati Filho, deve esclarecer que verificada a presença de não 2/3 dos Srs. Deputados presentes, resolveu a Presidência, embora tendo reconhecimento do Artigo 176 do Regimento Interno, reconsiderar pela segunda vez o ato de votação.

E a Presidência concede a palavra em questão de ordem ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado Sr. Presidente pela atenção.

Eu não gostaria de contraditar aqui o nobre Deputado Muggiati Filho por quem eu tenho: um profundo respeito e sei que S. Exa. é Deputado sério, que procura exercer seu mandato com dignidade, e comporta-se nas sessões como tal.

Todavia, hoje o nobre Deputado Muggiati Filho ou estava distraído ou não prestou atenção no meu requerimento, Sr. Presidente.

Quando V. Exa. anunciou pela primeira vez que o veto estava rejeitado, eu pedi a V. Exa. verificação de votação por uma razão, Sr. Presidente, porque aqueles que votaram contrariamente ao veto, favoravelmente ao projeto, não perfaziam os 2/3 regimentais necessários à rejeição de veto governamental.

Foi essa a única razão. E V. Exa. não atendeu aquele meu pedido e está atendendo agora.

É isso que eu quis explicar na oportunidade ao nobre Deputado Muggiati Filho, mas ele, desde ontem, está sangrando em saúde nesta Casa. Ontem, ele teve uma discussão áspera com o nosso companheiro de bancada e hoje S. Exa. continua sem razão contra minha pessoa, adotando a mesma linha de comportamento.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência, atendendo as questões de ordem levantadas e reconsiderando que fatos objetivos ocorreram durante o período das votações, volta a colocar em votação o Projeto de Lei número 216/73.

O SR. DEL CIEL — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação...

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados porque, pelo que me consta, pelo que mandei verificar na Portaria desta Casa, e pelas respostas obtidas na primeira chamada nominal, se encontram nesta Casa os Vice-Presidentes, e para que esta Casa não tenha manchetes novamente negativas como aquela em que “Os Homens que disputam a Mesa da Casa querem cargos e não encargos; querem cargos e subvenções”, que esta Mesa seja composta pelos Deputados que foram eleitos para tal. Portanto requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — A Presidência determina ao Sr. Secretário que proceda a chamada nominal e convida, se estiver presente, o titular desta cadeira a tomar o seu lugar de imediato.

(O Sr. Secretário procede a chamada nominal dos Srs. Deputados.)

Responderam à chamada 34 Srs. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado). — Antes de conceder a palavra, pela ordem ao nobre Deputado, esta Presidência não vê como prosseguir a presente sessão, por estarmos, exatamente, às 14,30 horas, oportunidade em que deverá iniciar a Sessão Ordinária deste Poder Legislativo.

Assim sendo, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, convocando outra para amanhã, dia 17, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 181/77.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 145ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Nelson Buffara.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Ruppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer, Adalberto Daros e Alfredo Gulin (42); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, José Domingos Scarpelini, Aguinaldo Pereira Lima, Dácio Leonel, Edilson Alencar, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Otássio Pereira, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do MDB, no cumprimento de dispositivos regimentais, indica os Senhores Deputados:

1 — Nilso Sguarezi;

2 — Waldenício Barbalho,

para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição, no que tange reciprocidade de tempo de serviço.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do MDB, no cumprimento de dispositivos regimentais, indica os Senhores Deputados:

1 — Renato Bernardi;

2 — Valter Pietrângelo,

para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição no que tange o problema do menor.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os advogados da Comarca de Apucarana, em memorável conclave, elegeram, na última-sexta-feira, os dirigentes da sua associação.

O exercício do voto, livre e soberano, como prática salutar insubstituível, foi ali mais uma vez usado, e, se naquela entidade — como em tantos outros órgãos profissionais e comunitários — o fato se constitui numa tradição de respeito e obediência aos próprios postulados que sustentam a classe jurídica, há que assinalar que, transcendendo à própria Associação e extrapolando seus limites, assinala, para todos, uma homenagem à Lei e ao Direito.

A decisão daqueles advogados faz emergir para a sua direção — é outro fato a ser assinalado — nomes do maior respeito entre as classes e a comunidade jurídica e social, avultando a figura talentosa, inteligente e capaz, do Dr. MINCHEL SONI, eleito presidente da Associação dos Advogados de Apucarana.

O acontecimento é da maior importância para aquela cidade, para a Comarca, para toda a região e para o nosso Estado, mas também é de alto relevo, porque ocorre em meio às comemorações do sesquicentenário da instalação dos cursos jurídicos no Brasil, que se encimam pelo posicionamento da consciência jurídica da nação em favor da Liberdade, da Democracia, do Estado de Direito.

Este Poder Legislativo, ressonância da vida paranaense, deve juntar-se às homenagens, razão pela qual o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvida a Casa, seja consignado voto de regozijo à Associação dos Advogados de Apucarana e de efusivas congratulações com o Dr. Michel Soni, por sua ascensão à Presidência da Entidade.

Outrossim, requer mais, que se dê ciência da decisão, por inteiro teor deste expediente, ao ilustre advogado, à Associação, à Ordem dos Advogados do Brasil — seção do Paraná, à Associação dos Advogados do Paraná, e aos Exmos. Srs. Juízes e Promotores daquela Comarca.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Exmos. Srs. Delegado Regional do Trabalho e Presidentes da SANEPAR e da COPEL, alertando-lhes para o fato de que, junto a várias casas de comércio, são oferecidos serviços de mão-de-obra tidos como especializados, por valores que chegam a ultrapassar a exorbitante quantia de Cr\$ 150,00 por hora, sem que haja maior fiscalização por parte das autoridades competentes ou mesmo identificação de tais elementos que se dizem credenciados pela COPEL e SANEPAR para executar com exclusividade tais serviços.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Não raramente, tomamos conhecimento de que cidadãos de boa fé são lesados por indivíduos que atuam junto a casas comerciais, oferecendo-se para prestação de serviços de eletricidade ou encanamentos, os quais se dizem únicos credenciados pela SANEPAR e COPEL para executá-los.

O preço cobrado chega a ultrapassar Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) por hora trabalhada e muitas vezes os servi-

ços executados não são satisfatórios, deixando muito a desejar no tocante à qualificação da mão-de-obra ofertada como sendo especializada.

Embora afirmem que são únicos credenciados para executar tais serviços, tanto pela COPEL como pela SANEPAR, não apresentam qualquer credencial.

Todavia, conforme verificamos pessoalmente, parece existir uma orientação no sentido de que as instalações de luz sejam feitas por elementos credenciados pela COPEL.

Resta, portanto, à COPEL e à SANEPAR, adotar um critério para credenciação de elementos realmente qualificados, cujas atuações devem ser alvo de severa vigilância, dada a importância do seu mister.

Quanto à Delegacia Regional do Trabalho, sugerimos que, para segurança dos próprios locadores de serviços, seja exercida fiscalização severa no tocante à real qualificação da mão-de-obra oferecida e sua remuneração. Cremos que a profissionais competentes deve ser paga remuneração condigna. Todavia, cobrar-se por pequenos biscates, sem prévio conhecimento e assentimento dos contratantes, valores que, somados, dariam uma remuneração mensal superior a Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros), parece-nos abuso!

Apresentar-se como elemento credenciado pela COPEL ou SANEPAR e não demonstrar conhecimentos mínimos, a nível de SENAC, sobre eletricidade ou hidráulica, é caso de polícia!

Da mesma forma que se apresentam aos profissionais liberais, com mais de 15 anos de bancos escolares, tabelas pelas quais são fixados os valores de seus serviços, como acontece com médicos, dentistas, advogados etc., poderia ser tomada idêntica providência com relação a esses casos aqui relatados.

Um melhor posicionamento de nossas autoridades sobre essa relevante questão, virá em benefício dos profissionais competentes e dos usuários de seus ser :

Para finalizar, lembramos o pronunciamento feito em data de ontem, o Exmo. Sr. Presidente Geisel pediu maior responsabilidade por parte de todos os trabalhadores, os quais estariam agraciados com muitos benefícios e vantagens e deveriam corresponder à confiança e prestígio que lhes é dado pelo Governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Doutor Osiris Stenghel Guimarães, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão no Plano Rodoviário Estadual atual, da continuidade da pavimentação asfáltica do trecho que liga o município de Amaporã à Santa Cruz de Monte Castelo, passando por Planaltina do Paraná e Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1977.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA ;

A presente solicitação objetiva, além de outras pretensões, propiciar o encurtamento da ligação Paranavai a Porto Caiuá, com destino à Dourados - MT, em vinte quilômetros, o que trará uma evidente economia de gasto de combustível, condizente com as metas atuais da política financeira do Governo Federal. Por outro lado, a medida exposta além de oferecer melhores condições de escoamento aos municípios interligados, os quais em sua maioria, são por excelência, produtores de café, gado e madeira, virá beneficiar seus usuários pela melhor assistência que possam vir necessitar, senão vejamos: — O Banco do Estado do Paraná, com sede em Santa Isabel do Ivaí, tem seu campo de atividade sobre os municípios de Santa Cruz de Monte Castelo e Querência do Norte, de onde convergem todos os funcionários públicos para recebe-

rem seus proventos e outros benefícios, o mesmo ocorrendo com o Banco do Brasil e INPS.

É evidente, portanto, que a inclusão de continuidade da pavimentação asfáltica daquela rodovia no Plano Rodoviário Estadual atual, virá de todo tornar estes municípios partícipes do progresso regional, integrando-os no contexto Estadual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A instalação do Governo do Estado na sede do município de Arapongas, foi um acontecimento que empolgou a todos que nele tomaram parte. E há de se destacar não só pelo seu desenvolvimento e progresso econômico, mas especialmente por sua cultura e instrução, o MUNICÍPIO DE ARAPONGAS. Sob a administração eficiente de Antônio Grassano Júnior, membro de destacada família devotada à causa pública, a grande imprensa não foi somente o contacto com os poderes executivo e legislativo perfeitos, — mas o conhecer, o sentir a cultura e o patriotismo das dedicadas jovens daquele município, cortezmente colocadas à disposição do Governo do Estado.

Destacamos com satisfação ao constatar que, as jovens em sua maioria portadoras de títulos escolares, que Arapongas prima por suas escolas e bibliotecas. Fizeram questão de dar aos integrantes do Governo e a todos que direta ou indiretamente, tinham alguma coisa a fazer junto a elementos do Governo, o melhor de seu atendimento cordial, afetuoso, — estimulantes mesmo, — na certeza de que assim agindo, como agem costumariamente, estavam tornando muito mais suave o trato ou o encaminhamento das coisas públicas.

Frisamos, Sr. Presidente e Senhores Deputados, que a população de Arapongas se fez credora continuada, repetida, de nossa admiração por sua conduta simpática; — mas que os jovens, — homens e mulheres — que foram colocados à disposição dos integrantes das áreas do Governo do Estado do Paraná, naqueles dias, mostraram ser pessoas de alto gabarito, capazes, se necessário, de serem efetivamente os assessores ideais também na Capital.

Por tudo isso é merecedor da mais carinhosa homenagem o simpático povo de Arapongas, que eleva o grau de cultura do povo paranaense. Pelas razões já expostas que julgamos as mais justas e ainda pelo perfeito atendimento que tiveram os senhores prefeitos integrantes da AMEPAR, — independentemente de cor partidária — como se pode observar, o Deputado que o presente subscreve, respeitadas as normas regimentais, requer voto de congratulações ao Prefeito Presidente Antônio Grassano Júnior, pelo grande êxito alcançado.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer à Mesa, ouvido o Plenário, que, em atenção ao expediente anexo da Câmara Municipal de Peabiru, seja encaminhado ofício ao Presidente do Banco do Brasil, solicitando a criação e instalação de uma Agência na sede do mencionado município.

Consoante faz ver o Presidente da Câmara Municipal de Peabiru, a reivindicação representa “indubitavelmente o anseio, o desejo e a necessidade de milhares de pequenos e grandes proprietários agrícolas, que precisam de uma Agência do Banco do Brasil em Peabiru, para que, dessa forma, descentralizando o serviço da congênere de Campo Mourão, tenham os rurícolas de Peabiru, Araruna e Terra Boa um atendimento eficiente e rápido e menos oneroso.”

Requer, ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência à Câmara Municipal de Peabiru.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para esclarecer, estamos aqui desta tribuna, quando ontem procurávamos discordar do pronunciamento do ilustre Deputado Muggiati Filho, o ilustre professor catedrático, homem lúcido, equilibrado, mas que apesar dos pesares queremos discordar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos discordar, imprensa do Paraná, queremos discordar, povo do meu Paraná, porque como dizia aquele Deputado que o Governo fazia politiquice no interior, politiquice ou politicagem, pronúncia certa ou errada, queremos dizer que se formos seguir o exemplo de Jayme Canet Júnior, se forem o resto dos Estados da Federação Brasileira fazer política deste gabarito, desta ordem, então seria a felicidade de nosso povo e de nossa gente.

Talvez, Jesus Cristo em suas peregrinações, talvez tivesse errado para os Fariseus e para que o atacava. Então é neste instante, Sr. Presidente, que sofismando, que pensando e meditando dizemos que este tipo de politiquice, este estilo de politiquice é um estilo certo de política, de levar saneamento ao interior; a política de levar estradas, escolas e de interiorizar o Governo é a politiquice certa.

Então, haveremos de estar com este fato novo e inédito, a par e passo com o grande Governador Jayme Canet Júnior, porque desassombrosamente inova e é o prisioneiro neste estilo de politiquice, de levar o dinheiro do povo aplicando em benefício do próprio povo.

Talvez fosse demais a manifestação pública que o grande Governador recebeu em Arapongas; talvez Prefeitos do MDB, concordando com o estilo de Governo onde se leva sem fazer determinação, sem fazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, discriminação de política paridária, leva a saúde, a assistência social, leva a educação no bom sentido, para aquelas crianças menos favorecidas.

Leva estradas, estradas asfaltadas, estradas que há pouco tempo tínhamos no Governo do Paraná hum mil e duzentos quilômetros.

Hoje, temos três vezes e até o final do Governo Jayme Canet Júnior, haveremos de ver o nosso Estado no caminho da redenção e da economia.

Um Estado estruturado em estradas. Se isso é politiquice, então estaremos também fazendo esta politiquice.

E está tudo parado aqui nesta política, se concordar com os atravessadores e contra a politiquice, então nós vamos fazer com que os atravessadores nas compras do café, estão ao arrepio do povo, estão fazendo com que o IBC não vá diretamente ao consumidor, ao produtor comprar o café para que, esta gente menos favorecida pela sorte tenha um pouquinho de amparo na estrutura do Governo federal.

Então, é isso, Sr. Presidente, e também apenas para um reparo, não botamos o nosso mandato à cassação; botamos a nossa renúncia, se alguém provar um ato desonesto do governo Jayme Canet.

Queríamos agora, Sr. Presidente, pedindo mais um minuto de sua paciência, para nos congratularmos com o grande Senador Accioly Filho, ao vermos esta nota em destaque na página política deste jornal, que é o "Estado do Paraná".

"O Senador Paranaense Accioly Filho, foi agraciado durante a solenidade promovida pelo Tribunal Superior do Trabalho, com a comenda da "Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Grande Oficial, Accioly recebeu a comenda das mãos do Ministro Renato Machado, Presidente daquela Corte, que na ocasião ressaltou os inestimáveis serviços prestados ao Direito e à Justiça pelo Senador paranaense."

Isso que deveríamos destacar, Sr. Presidente, e por isso viemos à tribuna, para dizermos que os homens paranaenses

servem de orgulho para a nossa terra e à nossa gente.

Nossos parabéns, ao Senador Accioly Filho, que sirva de espelho para a política jovem no Paraná e no Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, inscrito.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "O Banco do Estado do Paraná anunciou hoje a redução de sua taxa de juros comerciais, da ordem de um décimo por cento, sobre o nível atual de 2,2 por cento ao mês para desconto de títulos comerciais.

Esta redução, como explicou o Presidente do Banco, Celso Sabóia, representa cinco por cento, o que é apreciável para a atividade econômica como um primeiro passo.

Os juros nominais do banco oficial paranaense passam, agora, a ser de 2,1 por cento ao mês. A baixa ao longo de um ano chega a 1, 2 por cento.

Embora essa taxa nominal deva ser acrescida do chamado "saldo médio", que é exigido pelos bancos como reciprocidade de seus clientes, já é um elemento favorável.

A maioria dos grandes bancos tomou a decisão de baixar os juros depois que o Banco do Brasil movimentou-se nesse sentido.

Agora, a cadeia é completada, em termos paranaenses, pelo nosso Banestado.

Ao assinalar a medida adotada pelo nosso principal estabelecimento de crédito, não podemos deixar de cumprimentar sua Diretoria pelo acerto da decisão e por sua oportunidade.

Com efeito, esperamos todos que caia os custos de produção de bens e serviços, no mercado brasileiro.

Só com essa redução de custos é que poderemos garantir o sucesso do esforço contra a inflação."

Hoje em dia o custo do dinheiro se converteu num ônus muito pesado para as empresas, porque enquanto os demais integrantes do preço final do produto passaram a cair, os juros se mantinham elevados.

O próprio Presidente Geisel alertou os banqueiros nesse sentido, porque não haverá banco numa economia que não for sólida.

Saudando, portanto, este primeiro movimento dos bancos e em particular do nosso Banestado — no sentido de juros menores, queremos manifestar nossa esperança na vitória contra a inflação, devolvendo a tranquilidade quanto ao desenvolvimento do Brasil. Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Dep. Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando o governo brasileiro programou a construção da Usina Binacional de Itaipu, em consórcio com a nação vizinha e amiga, o Paraguai, muitas vozes se levantaram, umas divergências e opostas, partindo sobretudo de parlamentares oposicionistas e outras de técnicos e homens ligados a empresas do setor energético.

A exemplo do que ocorreu com a Rodovia Transamazônica, fala-se das grandes inversões financeiras ali dispendidas, cujos investimentos, até hoje, são discutíveis sob a ótica econômica-social.

O governo brasileiro, que montou uma estrutura econômico-financeira, buscando a realização de uma filosofia baseada na economia de mercado, desatendeu a vários fatores primários, o que hoje está causando sérias consequências na ordem social.

De modo específico, a Usina Binacional, em construção no rio Paraná, vem gerando sérias divergências internas e externas, dando ensejo a debates inclusive na Organização dos Estados Americanos e países da Bacia do Prata, causando até estre-
mecimento de relações.

Aqui no Paraná, por ser o Estado que vem sofrendo uma mutilação territorial do seu solo, sabe-se que este Estado-membro tem, no conceito de federalismo, a sua autonomia assegurada para realizar os seus objetivos como organismo jurídico-político, o que não vem sendo preservado pelos seus dirigentes.

Forçoso também é lembrar que as empresas paranaenses especializadas na construção de usinas hidrelétricas foram sumariamente marginalizadas, a partir da seleção prévia de participação na concorrência, vindo a causar mais este prejuízo ao povo paranaense.

Agora, a nível federal, assistimos há poucos dias, o desfecho que levou o governo brasileiro a ter entendimento de ordem diplomática extraordinária — sobretudo na área militar — com os representantes da Argentina, tudo em consequência da política adotada para a construção de Itaipu.

É que os responsáveis do Ministério de Minas e Energia pelos noticiários da imprensa — deixaram de atender aos primários técnicos e primários na elaboração do projeto, mormente no que se refere ao projeto de geração de energia elétrica.

Os engenheiros, não se capacitaram, não observaram que era necessário adotar o lógico princípio de definir a ciclagem a ser adotada.

Ninguém desconhece que a frequência é obtida em função da rotação, para que as turbinas e os geradores sejam construídos com estrutura tecnicamente adequada.

Para que esses geradores, alimentados pelas excotatrizes, produzam a ciclagem ideal, necessário se faz definir, a partir de uma determinada rotação, a frequência de 50 ou 60 ciclos.

Sabe-se, "a priori" que no Paraguai a ciclagem oficial é de 50 ciclos; no Brasil é de 60 ciclos, o que permite a qualquer leigo observar o erro grosseiro cometido pelos técnicos.

Depois de vários debates entre os governos brasileiro e paraguaio, houve uma quase imposição do governo guarani, exigindo que o Brasil fizesse uma compensação na comutação da sua ciclagem a ser gerada pela Usina de Itaipu.

Seria uma espécie de indenização que o Paraguai está a exigir, mesmo sendo co-partícipe do empreendimento.

Depois que os diplomatas entraram em entendimentos, sabe-se que foi feito um ajuste prévio e um atendimento a nível diplomático para que o Brasil pudesse implantar também no Paraguai um sistema conjugado com a ciclagem brasileira.

Isto é, gerando energia à base de 60 ciclos também para o Paraguai.

Os jornais noticiaram que a partir daí o Brasil haveria de ter um dispêndio financeiro extraordinário na ordem de 150 milhões de dólares, o que acarretaria, inevitavelmente, um grande prejuízo para os cofres públicos nacionais por falta de previsão dos tecnocratas, que mais uma vez falham. mais uma vez legam ao povo brasileiro perda da sua economia.

Recentemente recebemos S. Exa. o Vice-Presidente da República, que fez referência a um tema que já levantamos nesta Casa, o de que o Governo brasileiro, ao negociar com o Governo paraguaio, haveria de colocar no tema de debates sobre esse fato novo a respeito de Itaipu, a construção da Ferrovia do Soja, a ferrovia Oeste do Paraná, ligando Guarapua a pelo menos Foz do Iguaçu.

Propomos que nos temas a serem levantados a nível diplomático, o Governo brasileiro não descarta desta necessidade de equacionar o aspecto da aplicação parcial dos 150 milhões de dólares nos investimentos internos nacionais, qual seja, a implantação da Ferrovia do Soja, reclamada não só por este Estado paranaense, mas, sobretudo, pelos Estados catarinense e riograndense.

Aliás, este empreendimento foi objeto de tema discutido aqui mesmo nesta Assembléia, a nível de três Estados, e que até hoje não sabemos se a Presidência desta Casa encaminhou o documento elaborado por estes três Estados às autoridades

superiores do País. Este foi um assunto de alta significação a ser abordado por parlamentares do Sul, quando se confrontaram aqui para debater problemas comuns.

E é justamente para estranhar que até agora o Governo brasileiro não tenha feito qualquer referência à Ferrovia do Soja como tema de entendimento com o Governo paraguaio, porque se interessa ao Paraguai, interessa muito mais ao Brasil inverter parte daquela despesa extraordinária e não prevista de 150 milhões de dólares, em obras nacionais, como a construção da Ferrovia do Soja no Oeste do Paraná, a qual, além de satisfazer uma aspiração paranaense, toca de perto os interesses nacionais e constitui um anseio do país guarani em exportar para Parana-guá os seus produtos.

Aí está, mais uma vez, o descredenciamento, a falta de responsabilidaade do Governo brasileiro ao elaborar um Projeto momentoso como é o de Usina de Itaipu, que não previu um peculiar e lógico aspecto técnico na elaboração do projeto de construção da hidrelétrica.

É lamentável que tenhamos que vir a esta tribuna mais uma vez, para reforçar o que o Vice-Presidente da República falou há poucos dias aqui, e que seria oportuno que o Governo levasse a sério o problema da Ferrovia do Soja ligando o Oeste do Paraná ao Porto, a qual, é tão carenciada, tão esquecida e que agora é praticamente exigida a sua construção pela intervenção do Paraguai, que tem também interesse na sua implantação.

Talvez o povo paraguaio tenha mais força reivindicatória que os representantes do povo brasileiro.

É lamentável que, ao Governo do Paraná, que hoje está em visita ao Governo Paraguaio, não tenha ocorrido, mesmo depois de levantarmos o tema nesta tribuna, o interesse de levar em consideração o que uma das vozes daquela região tem levantado nesta Casa para alertar este Governo.

Não diríamos resolver o problema, mas tocá-lo para permitir o início de diálogo para reversão dos US\$ 150 milhões (exigidos pelo Paraguai no caso da ciclagem) na construção da ferrovia do Soja.

Talvez seja necessário que esta Assembléia se mobilize para levar ao Governo Federal esta sugestão que já fizemos em outra ocasião desta Tribuna e que é oportuno agora reforçarmos e refazermos, por que no momento em que se trata de interesses comuns entre duas Nações, as vozes mais lídimas dos representantes do povo precisam ser consideradas e respeitadas, sob pena da própria Nação sofrer os efeitos negativos, como no caso presente.

É preciso que esta Assembléia se dê conta de que o Estado do Paraná, defasado com a construção de grandes empresas de energia elétrica, carrega para os cofres federais grande parte da sua capacidade de produção.

Este é o momento mais oportuno para o Governo brasileiro corrigir ao menos em parte os erros que os seus técnicos cometeram no caso da dualidade de frequência adotada em uma e outra pátria, quando entenderam reunir esforços para edificar a maior Usina Hidrelétrica do mundo.

Este erro é imperdoável, porém seus efeitos podem ser diminuídos, caso a nossa diplomacia exerça com sabedoria a condução desta opção.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Esneto Guioato) A Presidência tem a honra de anunciar a presença neste recinto, do Sr. Deputado Federal João Vargas de Oliveira, representante de Ponta Grossa, pela ARENA.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de um belíssimo pronunciamento e de conteúdo incontestável como o foi, o do eminente Deputado José Muggiati Filho, na sessão de ontem, embora conturbado premedi-

tadamente por um dos Srs. Parlamentares da ARENA, não podíamos deixar de, nesta oportunidade, manifestar o sentimento de decepção que nos acomete, ao vermos que neste Parlamento, quando há falta de argumentação com que poderia contestar as críticas que são feitas aos erros do Governo, a bancada governista usa às vezes do Parlamentar menos preparado, na tentativa de promover conturbação dos debates, neste Plenário.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente, gostaríamos que V. Exa. dissesse ao ilustre Deputado que está na tribuna, que, menos preparado, é a vovosinha dele ...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência assegura a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado, Sr. Presidente.

O que se fez em Arapongas, a exemplo do que tem feito em todas as oportunidades o Governo que aí está, foi realmente como bem afirmou o eminente Deputado Muggiati Filho, politiquice, como se tem feito na minha região, por Deputados que infelizmente, embora aqui estando com três mandatos consecutivos, não deram demonstração ao seu povo, até hoje, de qualquer qualidade parlamentar.

E está provado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, politiquice foi feita em Arapongas, quando S. Exa. o Sr. Governador do Estado do Paraná, anunciando através de um estardalhaço dos mais completos dos dispositivos de divulgação deste Estado, que iria àquela localidade — como foi — para despachar, para ali fazer o seu Governo por 2 ou 3 dias, ao seu lado foi a banda de música do Partido — a ARENA — com seu Presidente, e todos os seus seguidores, para fazer a politicalha que se faz dentro deste Paraná, com prejuízo aos paranaenses, com prejuízo ao Estado, com prejuízo à gente laboriosa e trabalhadora deste Estado que é o maior Estado da Nação brasileira.

O MDB aceita a contestação, mas, que a contestação venha de homens preparados, para contestar com dignidade de conhecimento, para contestar com respeito às denúncias feitas, as quais não podem provar o contrário. Não seria esse Deputado arenista, que estaria em condições de tentar conturbar a expressão inteligente e de Parlamentar consciente como o é o nosso companheiro de bancada, Deputado José Muggiati Filho.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Solicitei a palavra apenas para ler o requerimento de autoria do Deputado Nilso Sguarezi e deste Deputado.

(Lê): "Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem seja consignado um voto de regozijo pelo transcurso do Jubileu Sacerdotal do Bispo da Diocese de Palmas, Sua Exa. Revma. Dom Agostinho José Sartor, ocorrido no último dia 15 pp.

Requer da decisão, a devida comunicação da Casa ao homenageado.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1977.

(aa) Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Domício Scaramella e Adalberto Daros

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell, inscrito.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Precisamente em data de 14 do corrente, num domingo ensolarado, na cidade de Toledo, realizou-se a tradicional Festa do Porco no Rolete, que reuniu milhares de pessoas, tanto do município, como dos municípios da região e de outras regiões mais distantes, até de outros estados.

A bela festa toledana foi coroada com a presença de

S. Exa., Dr. Otávio Cezário, digníssimo Governador do Estado em exercício, de diversos Prefeitos municipais paranaenses, autoridades do Poder Judiciário do Estado, autoridades militares e pessoas gradas que vieram de todos os quadrantes.

A festa se denomina de "Porco no Rolete" face ao sistema utilizado pelos concorrentes, em número de dezenas, que, com as suas culinárias próprias, das quais guardam o maior segredo, procuram apresentar o porco mais saboroso.

Para isto, desde 4 ou 5-horas da manhã, os porcos são assados em fogo lento, rolando lentamente sobre o calor dos braseiros, até a hora do almoço. Daí o nome.

Foi uma promoção da Prefeitura Municipal de Toledo e do Clube de Caça e Pesca de Toledo.

O Ministério da Agricultura construiu há pouco tempo, em Toledo, com a cooperação da Prefeitura Municipal que doou o terreno, para ser construída uma Estação de Avaliação de Suínos.

Também no dia 14, na cidade de Toledo, o Sr. Roulien Basaglia, Diretor Estadual do Ministério da Agricultura, no Paraná, representando o Sr. Ministro Alysson Paulinelli, assinou um convênio com a referida Associação.

Cumpre-nos informar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a Estação em referência foi construída de acordo com a técnica mais moderna, possuindo climatização.

Na mesma, estão sendo realizados testes em suínos de raças tipo carne, o que será de relevante importância para os criadores.

A estação de Toledo já conta com diversos lotes das raças Duroc e Large-White.

Além de todas as vantagens decorrentes, há de assinalar como de singular importância o fato de os animais que obtiverem Certificados da Estação de Avaliação poderão ser utilizados como reprodutores, evitando a importação de matrizes para tal finalidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem a menor dúvida trata-se de mais uma realização no Município de Toledo da mais alta importância para toda a região.

Levamos as nossas congratulações ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, ao Ilmo. Sr. Dr. Roulien Basaglia, ao Sr. Duílio Genari, Prefeito Municipal de Toledo e à Associação de Suinocultura".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho. Não se encontrando no recinto, concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Tendo declinado, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Dentro da frase do adágio popular — "Quel fala o que quer, ouve o que não quer".

Talvez, sejamos menos preparados do que o ilustre adivinhador de sorte, o ilustre Dr. Beluma, conhecidíssimo em Santo Antônio da Platina e na região.

Talvez isso, prepara, Sr. Presidente, prepara, Srs. Deputados; nós adquirimos nos bancos escolares; mas, o preparo adquirimos quando pensamos em Cristo, em Deus e no nosso próximo.

Maior preparo recebemos do berço; maior preparo, Sr. Presidente, maior preparo, Srs. Deputados, nós recebemos quando procuramos ignorar o próximo; quando procuramos passar por farsantes, quando procuramos passar por sortistas, sem....

O Sr. Lúcio Machado — ... (ininteligível) ... e sem dignidade. O SR. GABRIEL MANOEL — ' ' (ininteligível) ... como dizia

eu, Sr. Presidente, se V. Exa. me assegura a palavra — “quem diz o que quer, houve o que não quer”.

O Sr. Lúcio Machado — Mascate de ponta de rua; V. Exa. é a vergonha ... (ininteligível).

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, V. Exa. me assegura a palavra ou, então, vamos declinar esperando que serenem os ânimos para que possamos complementar nosso raciocínio ...

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. desonra a sua bancada; envergonha o seu Partido e ... (ininteligível)...

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — A Presidência assegura a palavra ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado, Sr. Presidente. O nosso Partido, para glória nossa, para glória do Paraná e do Brasil, não seria por causa de um humilde Deputado que fosse ficar envergonhado.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. empobrece essa tribuna, V. Exa. denigre este Parlamento; V. Exa. não tem condições de ser Parlamentar.

(TÍMPANOS)

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, nós pedimos a V. Exa., dentro do Regimento desta Assembléia, nos assegure a palavra para continuarmos o nosso raciocínio sem ferir ...

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. não tem raciocínio.

(TÍMPANOS)

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, o homem está paranóico; V. Exa. solicite a ele que se recolha ...

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. não sabe o que fala; é doente mental.

O Sr. Gabriel Sampaio — Pela ordem, Sr. Presidente.

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, eu requeiro a V. Exa. que suspenda a sessão por 5 minutos. Obviamente, os motivos são evidentes.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — A Presidência entende que não há motivos para suspensão da sessão e assegura a palavra ao Deputado Gabriel Manoel e aquele Deputado que solicitar aparte, somente este será concedido pelo orador que ocupa a tribuna.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, em respeito ao Regimento Interno, ao decoro deste Parlamento e a dignidade deste Poder Legislativo representativo do povo, solicito a S. Exa. que indique ao nobre orador que este só diga palavras que possam ser ditas, do contrário usarei das minhas prerrogativas para conturbar a sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — A palavra está com o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Dizia eu, humildemente, que não tive a felicidade de frequentar os bancos das faculdades.

Estudamos até uma altura, porque lutamos dentro de um sistema precário daquela época, de escolaridade no Paraná.

Mas talvez sejamos despreparados; talvez sejamos errados, Sr. Presidente, os homens que votaram em nós e nos mandaram para cá para defender uma região, para defender um povo, Sr. Presidente, para que pudéssemos cumprir com nossa obrigação.

Agora vem um ilustre Deputado, grande e ilustre e extrovertido Deputado nos dar a pecha de despreparado.

Talvez, Sr. Presidente, sejamos despreparados, porque não queremos fazer dentro do Messianismo falso, dentro de um falso Messianismo levar a demagogia ao nosso povo.

Levamos trabalho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, levamos trabalho, imprensa do meu Paraná, porque cada um dá o que tem e o Deputado que tem e o Deputado que nos chamou de despreparado tem dado o que tem aqui dentro dessa Assembléia, porque lá fora ele vê ruir os seus sonhos de fada, porque até agora não levou nada para o seu povo, para sua gente, a não ser a demagogia e o ataque pessoal.

E é neste instante que nós não admitimos a pecha de sermos chamados de despreparados.

Talves não tivéssemos a felicidade, como tem agora o Deputado de frequentar o banco escolar aos seus cinquenta anos.

Mas temos a felicidade de termos um caráter formado, uma correção inabalável.

Estamos ao lado de um Governo sadio para levarmos ao nosso Estado, ao nosso rincão e à nossa gente para carreamos o benefício que pudéssemos tirar deste Governo sadio, para aplicarmos em nossa região.

Se despreparado somos, então estamos lutando dentro deste despreparo; se despreparado fôr, Sr. Presidente, atacar funcionários, se despreparado fôr, Sr. Presidente, lutar contra a realidade, então os despreparados deverão ficar ao julgamento popular.

Se despreparado o fôr, neste caso, no dizer do ilustre Deputado, foi o povo que me trouxe a este tribuna, a esta Casa de Leis por três vezes consecutivas e que haveremos de mostrar na próxima vez, quem é despreparado.

Nós não estamos despreparados junto ao nosso povo, porque o povo humilde que puxa o rabicho do arado e o cabo da enxada, não é despreparado.

É um povo preparado e trabalhador que não dá atenção ao Dr. Beluma, porque o Dr. Beluma tapiou uma, duas e três vezes.

E nós não somos mistificadores, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A mistificação tem nos levado dentro de uma astrologia falsa, procura atrair o povo e é a primeira traição ao povo do Norte Pioneiro.

É a traição da demagogia; é a traição de quem nada faz; é a traição de quem vem a esta tribuna para dizer inverdades; é a trição ao povo do meu querido Norte Pioneiro, quando se contestam as estradas que o grande Governador Jayme Canet tem feito; quando se contesta o dinheiro do povo aplicado em benefício do próprio povo.

É isto que é despreparo; o despreparo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da demagogia, de um homem que nada tem para oferecer ao seu povo, a não ser a tapeação e a fraude.

E este o despreparo que nos bancos escolares, nós aprendemos a ser versados nas ciências contábeis, nas ciências jurídicas; mas, o despreparo da consciência é o pior despreparo de quem tapeia, de quem mente; é o pior despreparo, Sr. Presidente, e é isso que não admitimos, não podemos admitir, dentro da nossa formação cristã, dentro a nossa formação de brasileiro, admitir que venham a esta tribuna, nos chamar de despreparado, sem nos qualificar em que setor da vida pública, da vida privada ou comercial, nós estamos despreparados.

Se defender a realidade é despreparo, então estamos despreparados; se mentir ao povo é preparo, então está V. Exa. preparado para mais uma investida contra os homens de consciência, contra os roubos da mentira e da liberdade, da demagogia que nós não aceitamos em qualquer campo.

Veja V. Exa., os resultados das urnas no meu Estado, o Deputado despreparado, e o extrovertido e preparado Deputado, quais foram as preferências em todas as eleições para este Parlamento.

Então, é isto, que haveremos de mostrar a V. Exa. que se nós somos despreparados no entender de V. Exa. nós haveremos de estar preparados no entender do povo da minha região,

porque conhece perfeitamente V. Exa. e conhece também este Deputado despreparado, que procura sem atacar ninguém, sem tripudiar ninguém, sem demagogia, pautar dentro da coerência, da humildade e do cristianismo que V. Exa. tem só na fachada.

Era só.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Consulto ao Sr. Deputado Adalberto Daros, se deseja ocupar o tempo que lhe é reservado. (Pausa).

Tendo declinado, consulto à Liderança da ARENA se deseja ocupar os 15 minutos que lhes são determinados.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, usará da palavra, o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Agradecemos ao nosso Líder por nos ter concedido mais cinco minutos.

E a apreensão do Deputado Nelson Buffara, que possamos ter um infarte do miocárdio, não é problema porque nós somos acostumados às lides, e tenho certeza, nada irá acontecer.

Então, Sr. Presidente, dizíamos nós, que o governo Canet, é um governo que está perfeitamente entrosado, em perfeita consonância, em gênero, número e grau com o governo central, traduzindo as aspirações do povo paranaense e, consequentemente do povo brasileiro.

Neste instante, dizíamos nós, Sr. Presidente, o governo Canet procura ampliar a área de ação, não da politicalha, o governo Canet, procura ampliar a área de ação, dos benefícios prestados ao Estado, a este gente, a esses paranaenses que vieram de Minas, aos paranaenses que vieram de S. Paulo, aos brasileiros e paranaenses do Rio Grando do Sul, Santa Catarina, e de todos os Estados que orgulhosamente, para o Paraná, dignificam o seu trabalho, neste Estado, que há de ser o primeiro Estado no concerto desta nação grandiosa que tem como égide, a Bandeira auriverde Pendão da Esperança.

É neste instante que me reverencio e procurando homenagear este povo, Sr. Presidente, este povo brasileiro, altaneiro, de norte a sul, este povo preparado e despreparado que veio do Iapó que é o Chui, concentrar-se no Paraná.

O preparo, Sr. Presidente, dizíamos, é o preparo da consciência, o preparo da tranquilidade, de sabermos reagir na hora precisa.

Sabemos, Sr. Presidente, dentro da consciência humana, sermos humildes quando necessário.

Saber reagir quando mechem em nossos brios.

Nesse instante, Sr. Presidente, queria pedir vênias a V. Exa. e a esta Casa, que muitas vezes estamos nesta tribuna e ao invés de procurar trazer ao espelho, trazer a esta Assembléia diversos trabalhos para que se possa produzir o fruto necessário para o nosso povo, trazemos discussões pessoais.

Mas, peço a devida vênias, porque o homem não pode ser afrontado dentro dessa própria Assembléia.

Então, cada um luta com a arma que tem. Nós lutamos com o despreparo.

Sr. Presidente, apenas para elucidar, apenas para orientar o magnífico Deputado Lúcio Machado; despreparado mesmo, em 1966, viemos despreparados, com 16.700 votos para esta Assembléia.

Na outra eleição, viemos despreparados com 21.700 votos; e nesta última, apesar de toda a avalanche, apesar do rolo compressor do grande Partido do Movimento Democrático Brasileiro, viemos para esta Assembléia despreparados, alquebrados, com 25.700 votos.

Trazidos do povo; este povo que tem a esperança nos homens que trabalham; este povo que é altaneiro, que é o meu povo; este povo que não pode mais ser logrado; este povo, Sr. Presidente, que apesar do despreparo do seu Parlamentar é um povo altaneiro, que tem fé nesta terra de Santa Cruz; é um povo que tem esperança; a esperança da Bandeira Brasileira.

É este o despreparo, Sr. Presidente, e é isto que eu convidaria ao ilustre e nobre Deputado Lúcio Machado; que botássemos um ponto final nestas celeumas, nestas quizinhas que não levam a nada.

E que unidos, fôssemos ao Norte Pioneiro; embora ele preparado, e nós despreparados.

Unir forças para levar e para carrear benefícios para a nossa terra e para a nossa gente.

É nesse instante que vou dizer a V. Exa. quantas vezes V. Exa. vier atacar injustamente o Governo de Jayme Canet Júnior, estaremos nesta tribuna, embora despreparados; convidamos a V. Exa. para unirmos as pedras que V. Exa. atira num outro cristão, para depois construirmos a grandeza de nossa terra; a grandeza do seu Santo Antônio da Platina, a grandeza de nossa Joaquim Távora; a grandeza do Norte Pioneiro.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gabriel Manoel, uma observação e uma congratulação.

A observação é no que diz respeito estar sendo o Paraná Governado pelo Sr. Jayme Canet; na realidade, o Paraná hoje está sendo governado, conforme autorização legislativa desta Casa, pelo Sr. Otávio Pereira.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado pela observação. Eu agradeço. Errar é humano e perdoar é divino.

O Sr. Maurício Fruet — e os nossos cumprimentos pela atitude do líder da Bancada da Arena, Deputado Luiz Roberto Soares, em homenagear V. Exa. fazendo com que usasse desta tribuna em nome da gloriosa bancada do Partido Governista.

O SR. GABRIEL MANOEL — Falo em meu próprio nome, Deputado. Se demos o aparte a V. Exa. ao errarmos em dizer que Canet governa o Paraná, dizíamos nós, quando se atacou o governo Canet que estava instalado em Arapongas. Se V. Exa. não sabe, não era o Governador Otávio Cezário que estava em Arapongas; não foi o Governador Otávio Cezário que foi ao Norte Pioneiro.

Era isto, muito obrigado; e como V. Exa. sabe, eminente e respeitável e magnânimo e trabalhador Deputado Maurício Fruet, que já pertenceu, para honra nossa, da Comissão Diretiva desta nossa Casa.

Sabe V. Exa. que a humildade é peculiar aos homens do interior.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

A Presidência comunica ao nobre Deputado que restam apenas 7 minutos para o término da Hora do Expediente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Primeiramente, comunico à Casa que estará hoje entre nós o Exmo. Sr. Secretário de Planejamento a fim de questionar e debater a Mensagem Governamental que solicita autorização desta Casa para aval para empréstimo.

Essa reunião será realizada na Sala das Comissões.

Enfatizarei a necessidade do comparecimento dos Srs. Deputados para que, desse debate, possa resultar uma visão mais clara do referido projeto.

(Lendo): "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propósito do pronunciamento do Deputado Muggiati Filho com cujo Título — Governantes ou Politicantes? Pretende desde logo acusar o governo do Estado de não se ater ao que considera as suas atribuições específicas incumbem-nos reafirmar o seguinte:

1o. — A disposição de promover o deslocamento do governo estadual para as sedes das micro-regiões tem sua inspiração em um postulado de técnica administrativa..

Pretende-se com a tuitização de tal estratégia conferir a máxima rentabilidade ao aparelho administrativo evitando os sempre perigosos e negativos escolhos burocráticos.

A evidência desta assertiva estaria a dispensar qualquer argumentação — outras fossem as razões que motivaram o protesto oposicionista.

A proximidade dos problemas, o encurtamento de distâncias físicas, a presentificação dos reivindicantes, a pronta avaliação, o exame quase sempre instantâneo da viabilidade das postulações, a decisão imediata, até a muito saudável e quase irresistível pressão dos reivindicantes sobre o Governo apenas isto justificaria a interiorização oficial do Poder Executivo.

Mais, muito mais do que um arranjo verbal pudesse demonstrar aí, concretos e visíveis, os excelentes resultados administrativos dos deslocamentos governamentais.

Mas não é só isto.

Art. 2o. — Todos — absolutamente — os Prefeitos de nosso partido estão a pedir e até a exigir a presença do Sr. Governador em seus municípios ou pelo menos nas sedes de suas micro-regiões.

Os Prefeitos acreditam — e corretamente — que a presença de seu Governador dá a eles uma dimensão mais clara e uma visão mais real dos problemas com que se defrontam.

Têm igualmente oportunidade de demonstrar com mais riqueza e precisão a justeza de suas pretensões e dispõe de possibilidades e facilidades de arregimentar todas as lideranças — políticas ou não — da sua comunidade para enganjá-las neste grande esforço construtivo.

E com sua presença, o Sr. Governador pretende demonstrar e demonstra, a sua solidariedade e o seu reconhecimento à ingente luta de nossos Prefeitos.

3o. — Finalmente a interiorização da administração pública tem um significado que transcende a pequenas e irrelevantes tramas disputatórias.

Toda nação só se realiza e se afirma através do Poder Nacional.

“O Poder de uma Nação é constituído da soma e da integração dos meios de toda ordem — Físicos, psicológicos; sociais, econômicos, políticos e militares — de que ela dispõe”.

Este poder destina precipuamente a conquistar e a manter os objetivos nacionais.

“Poder Nacional é a expressão integrada dos meios de toda ordem de que dispõe, efetivamente, a nação, numa época considerada, para promoção, pelo Estado, no âmbito interno e na esfera internacional, da conquista e manutenção dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes.”

Compõe o Poder Nacional — entre outros elementos — os chamados psico-sociais que são exatamente aqueles que conferem motivação, ânimo, vigor, esperança, convicção e fé em nossos destinos.

São exatamente aqueles que fortalecem o caráter nacional e o moral nacional.

Deles dependem a determinação e a resistência de um povo às injunções que lhe sobrevêm.

É nesta perspectiva que pode e deve também ser analisada a interiorização do Governo.

O que representa para nosso desenvolvimento a infusão de otimismo e a abertura de concretas esperanças?

Já se defendeu com seriedade científica que o primeiro pré-requisito para o desenvolvimento é o desejo, disposição e determinação para compreendê-lo.

Pois o Governo do Sr. Jayme Canet Júnior dá — também aqui magnífico exemplo ao Brasil. Em meio a uma conjuntura econômica difícil consegue com providências administrativas eficazes e com um elenco invulgar de realizações, instaurar o princípio da esperança — componente essencial do Estatuto Ontológico do homem.

A positividade da Esperança está bem expressa na palavra

de Malraux: “Um homem ativo e “pessimista”, ao mesmo tempo, é ou será um fascista”.

A interiorização do Governo não interioriza apenas a administração, interioriza principalmente crenças e valores positivos e necessários ao nosso desenvolvimento.

E o Governo o faz dentro do balizamento jurídico e com inteira legitimidade.

Entre os princípios que informam o nosso direito público está o da discricionariedade.

“Consiste na abertura à administração da maior liberdade de atuação, permitindo-lhe que, em grande número de hipóteses escolha seus próprios caminhos de atuar, na oportunidade que lhe convenha e pelos motivos que entender relevantes.”

“A administração pública para poder prosseguir o bem comum, não pode ficar confinada a um espaço rígido e limitado, mas necessita de flexibilidade para enfrentar e solucionar toda vasta gama de situações e problemas que lhe surjam, atuando com liberdade de opção”.

Toda atividade administrativa é ordinariamente discricionária e excepcionalmente vinculada.

É por isso que segundo o nosso ordenamento jurídico a atividade administrativa é, em princípio legítima, cabendo a quem o conteste provar em contrário.

“Assim como a administração não precisa fazer prova da existência do suporte fático, tampouco necessita fazê-lo do suporte jurídico”.

É de elementar sociologia política que toda ação administrativa, resultante de impulso governamental, tem uma consequência política, positiva ou negativa.

Das consequências negativas alimenta-se vorazmente a oposição para preservação de seu metabolismo partidário; pois agora das positivas — pretende também a oposição alimentar-se, pretextando imaginosa e imaginária ilicitude ...

A sociedade é um imperativo natural de convivência entre os homens e constitui uma condição de realização da vida humana.

Em seu dinamismo comporta um complexo de conflitos, acomodações e cooperação recíproca entre os que a compõem.

A necessidade de solucionar os problemas de convivência conduz a sociedade ao esforço realizador de uma ordenação normativa de princípios destinados a dirigir sua vida com objetivos de unidade e bem-estar coletivo, e à prática de um conjunto de atos de efetiva direção da vida social.

Desse esforço conjugado resultam uma ordem institucional que não elimina os conflitos mas os disciplina, e uma ordem instrumental que tem por fim aplicar a ordem institucionalizada e realizar as funções de direção.

.....
Pois a política compreende exatamente esse complexo de princípios e normas de direção da sociedade e esse conjunto de instrumentos e atos dinamizados e realizados com o objetivo de dirigir efetivamente a sociedade.

Estabelece as relações entre dirigentes e dirigidos, o processo de exercício de autoridade, formula planos e executa ações para dirigir efetivamente a sociedade ou influenciar sua direção — segundo princípios técnicos ou axiológicos que inspiram os governantes.

Esta é uma regra universal e atemporal: válida para qualquer tempo, qualquer lugar, qualquer regime. Nos Estados Unidos ou na União Soviética.

O Governador Jayme Canet Júnior é administrador e é político, como administrador avalia as necessidades e possibilidades; como político avalia as conveniências sociais.

Como administrador identifica o problema; como político sente qual a melhor maneira de superá-lo.

O Governador Jayme Canet Júnior é um homem de partido e em sendo partidário não viola regra jurídica e muito menos moral.

Afinal o que é partido político?

É um grupo social destinado à regimentação coletiva, em torno de idéias e interesses, para levar seus membros a compartilhar do Poder Decisório nas instâncias Governativas”

O Partido é instrumento de relevante importância na dinâmica do Poder Político, contribuindo para interação entre governantes e governados no esquema do regime representativo”.

Revela-se como força coletiva de ativação do processo político e corresponde antes de tudo a uma exigência da democratização do Poder Político, de modo a que se possa refletir a pluralidade de opiniões.

Isto é um partido político e esta a sua missão.”

Vale aqui a evocação de Padre Vieira, que, com muita sabedoria, advertia: “No juízo de Deus, as nossas boas obras defendem-nos; no juízo dos homens, o maior inimigo que temos são as nossas boas obras, às vezes não há maior delito no mundo do que fazer boas obras.

Um grande delito, muitas vezes, acha compreensão; uma grande obra, dificilmente.

Um aparte ao nobre Deputado Osvaldo Macedo.

O Sr. Osvaldo Macedo — Deputado Luiz Roberto Soares. Eu ouvi e V. Exa. sabe — com muita atenção, o pronunciamento feito por V. Exa., não sei bem se em economês ou sociologês.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sociologuês, nobre Deputado.

O Sr. Osvaldo Macedo — Foi em português? Mas, me surpreendeu que V. Exa., muito inteligente, tenha se proposto a defender o indefensável.

Eu admito que o Sr. Jayme Canet Júnior seja político. Não demonstrou que o é, mas admito e acredito até na palavra de V. Exa. que ele seja.

Posso admitir que ele seja um bom empresário e um bom administrador.

Mas não posso admitir que ele deixe de ser Governador do Paraná — e ele tem sido menos Governador do Paraná, menos defensor dos interesses paranaenses e mais um político.

Quando ele se desloca pelo interior a fazer, evidentemente, política — e permita-me dizê-lo — política não em alto nível, que se exigiria do paranaense.

Mas ele deixa de ser Governador do Paraná, por exemplo, quando não defende os interesses do Paraná, diante, sobretudo, do Governo Federal.

V. Exa. sabe que o Paraná tem sido sacrificado, preterido pelo Governo Federal.

O Governo Federal nem paga ao Paraná o que deve ao Paraná.

V. Exa. sabe que o Governador Jayme Canet Júnior não se levantou para defender os interesses do Paraná quando o Paraná foi prejudicado na sua representação na Câmara Federal e, em vez de um ato arbitrário, violento e ditatorial do Governo Federal.

Onde estava o homem que defende os interesses do Paraná, que não protestou contra essa violência contra o Paraná, diminuindo a representação na Câmara Federal?

Defendê-lo porque vai ao interior fazer politicalha? A ameaçar, a ser discricionário, a levar a tira-colo o Presidente da ARENA: não sei, até seria de se perguntar — se o Presidente da ARENA, viaja com recursos da ARENA, com recursos próprios, ou com recursos do Governo.

Se a sua conta no hotel é paga com recursos próprios, com recursos da ARENA, ou com recursos do Governo.

Mas, eu gostaria para concluir, Sr. Presidente, de dizer que da próxima vez que o Sr. Governador do Estado for ao interior, que não convoque, que não imponha às crianças a necessidade de recebê-lo; de responder presença em praça pública; sobretudo, que não imponha às crianças, a obrigação de cada uma levar Cr\$ 1,00 para comprar uma bandeirola,

porque muitos pais, não sei se o Governador sabe, mas neste Paraná de muitos desempregados, há muitos pais que não têm um cruzeiro para dar ao seu filho para comprar bandeirolas, para receber, até com desagrado, até com desgosto, o Governador do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado Osvaldo Macedo, evidentemente, não posso questionar direito de V. Exa. ter o enfoque que tem.

Todavia, V. Exa. comete uma série de injustiças e despaupérios, começando por negar ao nosso Governador, esforço no sentido de ter o nosso Estado, recursos federais.

É tão evidente a fragilidade do argumento, que quase dispensar-me-ia contestá-lo.

Nunca na história administrativa de nosso Estado, tantos e tão abundantes foram os recursos avocados pelo Governo Federal do que, exatamente, na administração do Governador Jayme Canet Júnior.

O Sr. Osvaldo Macedo — O Governo Federal já pagou ao Paraná o que deve da Estrada de Ferro Central do Paraná?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O Governo Federal, já pagou ao Estado do Paraná, mais de um bilhão e meio de cruzeiros para sustentação de seu programa educacional.

O Governo Federal fará ao término do Governador Jayme Canet Júnior, cerca de mil quilômetros de estradas pavimentadas.

O Governo do Paraná tem obtido do BNH e da Caixa Econômica Federal do Instituto Nacional da Previdência Social, a “fundo perdido”, o que é de extrema relevância nesta disputa, a outros recursos anteriormente destinados ao nosso Estado.

O Governo do Estado do Paraná, através do seu Governador, tem trazido do Governo Federal, recursos suficientes e necessários para sustentar toda a sua programação administrativa, quando esta programação depende de entendimentos com o Governo Federal. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo já se esgotou.

A Presidência consulta à Liderança do MDB se deseja ocupar os 15 minutos que lhe são reservados.

O SR. TRAJANO BASTOS — Farão uso dos 15 minutos reservados ao MDB, dez minutos o Deputado José Muggiati Filho e cinco minutos, o Deputado Benedito Lúcio Machado.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não foi sem a maior das preocupações e sem grande meditação, que nós formulamos o Relatório e as Conclusões, as qualificações e as classificações jurídicas contidas no nosso pronunciamento de ontem.

Se, após, o assunto possa ter derivado para acontecimentos que também entendo interessantes, que dizem respeito à matéria, porém não a atingissem naquilo que realmente de importante ela encerra, não foi por minha culpa.

Por isso, também gostaríamos de dizer que, até onde for possível, nós admitimos todo e qualquer debate, porque não temos, nunca tivemos a presunção de nos considerar melhor do que quem quer que seja.

Portanto, eminente Líder do Governo, quando V. Exa. criteriosamente procura justificar o modo de administrar do Governador do Estado, e defende a teoria política que V. Exa. julga acertada ou a de melhor escolha, com a qual até eu posso concordar, V. Exa. também permita-me — não feriu o que de importante existe nesse pronunciamento.

O que nós realmente relatamos e afinal concluímos, é assunto da maior gravidade, não é assunto para degenerar em apartes iguais aos de ontem, é assunto para que todos os paranaenses meditem sobre o mesmo, porque está em jogo o decoro

do Sr. Governador do Estado e está em jogo a responsabilidade criminal do Sr. Governador do Estado, está em jogo a prática ilícita do Presidente do Diretório Regional da Aliança Renovadora Nacional, no exercício de suas atividades partidárias.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MUGGIATI FILHO — Perdoo-me, nobre Deputado, não vou permiti-lo porque estou com o tempo contado, e não aparteei o ilustre orador que também estava com o tempo contado.

O Sr. Erondy Silvério — Prometo a V. Exa. que meu aparte será breve, se V. Exa. me der a honra.

(ASSENTIMENTO). V. Exa. sabe do respeito, da admiração que eu sempre nutri nesta Casa pela atuação que V. Exa. sempre teve neste Poder Legislativo.

V. Exa. não consulte o relógio, pois serei breve.

Eu compreendo a aflição de V. Exa. como homem de Oposição, quando verifica que lá na região de influência política de V. Exa., o Governador instalou lá o seu Governo provisoriamente, o que, segundo os noticiários dos jornais, constituiu-se num grande sucesso.

Eu compreendo perfeitamente e não vou me fixar nas filigranas jurídicas que V. Exa. está trazendo à tribuna desta Casa, apenas desejo dizer a V. Exa., que o Governador Canet Júnior, e eu não sou também seu defensor nesta Casa, não inovou nada.

Acompanhei muitas vezes, pela amizade pessoal que me liga ao então Secretário de Obras de Estado da Guanabara, Dr. Raimundo Paula Soares, eu o acompanhei muitas vezes com o Governador do Partido de V. Exa., o grande Governador Negrão de Lima, para inaugurar obras importantíssimas naquele Estado e não foram poucas as obras importantes que o Governador Negrão de Lima...

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. vai me permitir, nobre

Deputado Erondy Silvério, mas eu não posso continuar permitindo o aparte de V. Exa. porque eu tenho só mais dois minutos para usar da palavra e V. Exa. está repetindo aquilo que eu estou dizendo.

O Sr. Erondy Silvério — É lamentável o que está acontecendo com V. Exa., porque V. Exa. desaprendeu o respeito aos seus companheiros, e eu desconhecia esta qualidade de V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Com a palavra o Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não posso permitir que um assunto desta profundidade vá para este terreno. Não me interessa saber do conceito a não ser quando não é bom, e isto aqui indica mau conceito. Não me interessa saber, Sr. Presidente, pois não estou aqui porque o Sr. Governador foi para o interior do Estado; foi à minha cidade instalar o Governo e até ressalvei tudo isso no meu pronunciamento, basta que seja lido. O que está me interessando, Sr. Presidente, e sobre o que eu não posso silenciar, como quando violam o Regimento Interno; como quanto extravasam em questão de ordem que não são questões de ordem e apenas usam-nos como um meio capcioso, supreptício de violar, de obstruir o colega que está falando, e está com a palavra, isto sim é desrespeito, Sr. Presidente; quando um Governador do Estado viola a Constituição, quando um Governador do Estado incorre no crime de responsabilidade, esta é a formulação que está aqui: é o crime de responsabilidade do Sr. Governador do Estado; é o crime praticado pelo Presidente da Aliança Renovadora Nacional.

Por muito menos do que isso, Sr. Presidente, Nixon perdeu a Presidência da República dos Estados Unidos. Só porque tinha conhecimento do que se passava. Não foi ele quem determinou aos seus funcionários, mas foram os funcionários do seu Governo, patrocinados por Secretários de Estado, que hoje es-

tão na cadeia que espionavam o lado contrário, o lado do partido contrário, usando o que? Usando de meios do Governo, usando de recursos do Governo como está usando o Sr. Canet para proteger o seu Partido.

Este é o ponto a que nós queremos chegar, discutir e esclarecer e acredito que o meu Partido irá à Justiça para que se pronuncie sobre esses fatos. Não terei a decepção de ver a omissão do meu Partido assistir a esses fatos dos quais eu já representei e pedi, por isso, que formalmente a Casa enderece a ele oficialmente o meu pronunciamento para que ele possa se movimentar.

Este é o ponto da questão. É saber se há responsabilidade criminal. É saber se o Presidente da ARENA está recebendo benefícios ilícitos do Governo. Não quero dizer que ele esteja tirando dinheiro do Governo. Eu quero dizer que é ilícito todo o favorecimento de ordem política partidária.

O Governador, eminente Líder do Governo, pode ser discricionário na sua administração. Ainda admito isso, que ele seja discricionário na defesa do seu programa. Ele traçou um programa e discricionariamente ele vai cumprí-lo mesmo em prejuízo de outros, Mas ele não pode ser discricionário em favor de um Partido político.

Nobre Deputado Erondy Silvério, eu sempre respeitei V. Exa. nesta Casa, e o tenho na melhor conta pela sua independência, pelos gestos que V. Exa. tem tido nesta Casa. Mas V. Exa. me perdoo a franqueza, também não percebeu o que eu estou procurando não é, em absoluto, uma evasiva perante uma próxima eleição que possa vir em relação à presença do Governador.

Eu receberia o Governador do Estado, se ele fosse um homem isento. E isento deve ser o Governador. Não justifico a falta de isenção a quem quer que seja, mesmo que fosse do MDB. Porque o Governador é um cumpridor da lei e a lei não pode ser discricionária, eminente líder. A lei ou se coloca acima dos partidos políticos ou ela não é lei, e quem a executa, não será então aquele que preside os destinos de um Estado membro ou de uma Nação.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte?

Peço desculpas, por solicitar o aparte, porque sei que a sua disposição não é conceder. Todavia, indago de V. Exa. se seria possível.

O SR. MUGGIATI FILHO — Posso conceder um minuto.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Não vou aceitar porque posso passar de um minuto...

O SR. PRESIDENTE — (Faz soar os tímpanos) A Presidência comunica que o seu tempo está esgotado e lhe concede mais um minuto.

O SR. MUGGIATI FILHO — Concluindo, Sr. Presidente, não tenho em absoluto, no desenvolvimento da matéria, qualquer outra motivação que não seja na realidade aquilo, que eu sinto. E em razão do que eu sinto, do próprio direito da lei que deve ser representada pelo que ela tem, pela sua expressão do direito, e do amor que eu tenho à minha terra, nada tenho fisicamente contra quem quer que seja, mas peço aqueles que queiram discutir esta matéria, que se apeguem, que estudem melhor os seus conceitos. Porque estes, deverão ser verificados, por quem de direito.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, por cinco minutos.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Incitado pela terceira vez a dar esclarecimentos que não pretendia dar a este Parlamento. A bem da honra, a bem da verdade, a bem da justiça, esclarecerei nesta oportunidade, sobre acusações que me tem feito o meu falso acusador. Que sou estudante de Ciências Herméticas desde 1954, consulte no trajeto destes conhecimentos, centenas de renomados professores que fazem parte da minha estante.

Embora não seja a astrologia uma ciência oficial, ela é praticada no mundo inteiro. Infelizmente, a formação do meu acusador, o discernimento desse Parlamentar, não tem condições para perceber o tamanho, a altura e a estrutura desta ciência. Como sou estudante de Direito, como fui estudante de diversas áreas de escolaridade, vem o meu acusador, pensando em me denegrir, em dizer que sou tirador de sorte, em dizer que sou cartomante, em dizer que sou quiromante.

Quero afirmar aqui que, na minha região, e inclusive na minha cidade, Santo Antônio da Platina, onde fui Prefeito, Vereador e Presidente da Câmara, mantive na emissora local, por tempo seguido, programas de Astrologia, coroados do mais completo êxito.

É pena que meu acusador não tenha discernimento; é pena que meu acusador não tenha cultura, é pena que meu acusador não tenha inteligência, é pena que meu acusador não tenha capacidade. E, usando da palavra daquele que nada aprendeu nem mesmo para poder contestar com dignidade e respeito, ele procura influenciar este Parlamento, como se eu tivesse sido no passado e no presente, algo parecido com ele; algo da sua estrutura; algo do seu tamanho; algo da sua qualidade.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem) Sr. Presidente, o digno

Deputado que nos ataca, vociferando aquele palavreado peculiar à pessoa de seu quilate, só tenho que dizer a V. Exa. e a esta douta Assembléia, que respeitamos, não acusamos ninguém. E, Sr. Presidente, o Deputado que fala, que não devia ficar na obscuridade, porque toda pessoa que quer falar qualquer coisa, que quer aparecer em público, deve, em primeiro lugar, botar o seu nome na frente. E todo nome que é escondido, tem algo atrás.

O SR. LÚCIO MACHADO — Ainda, Sr. Presidente, esclarecendo. Usava como título o nome ditado pelo ilustre Deputado. E como bem disse ele, “Beluma”. “B” e “E” de Benedito; “LU” de Lúcio e “MA” de Machado.

Sr. Presidente, era apenas para esclarecer este Parlamento.

Sempre vivi honradamente como comerciante; sempre vivi honradamente como político; sempre vivi honradamente como cidadão e como chefe de família. E não admito que turco mascate, de passado sujo, se levante contra mim. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 204/77, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 117/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de ARAPONGAS, objetivando assistência técnica e financeira ao município, visando melhoria do ensino de 1o. grau. APROVADO.

EM VOTAÇÃO 2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 68/77 de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE, com sede na cidade do mesmo nome. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO 2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 69/77 de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Pato Branco, com sede na cidade do mesmo nome. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 10/75, de au-

toria da C.C.J., Mensagem no. 69/74, ex-Proposição no. 194/74 aprova convênio celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Guarapuava, objetivando incrementar as atividades agropecuárias naquela região. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.A., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 205/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 142/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Jacarezinho, objetivando assistência técnica e financeira para melhoria do ensino de 1o. grau, no referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 207/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 158/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Telêmaco Borba, objetivando assistência técnica e financeira para melhoria do ensino de 1o. grau, no referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 210/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 37/77, ex-Proposição no. 190/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com a intervenção dos Órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos ao programa de Treinamento de Executivos em nosso Estado. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., por unanimidade.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para lembrar a V. Exa., que, quando ocupava a Presidência o seu titular, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, ficou decidido que não haveria necessidade da Presidência ler, na totalidade, a matéria constante da Ordem do Dia, mas apenas o número do projeto e seu autor.

Com isso, ganharia tempo a Presidência e o Plenário. Essa foi a decisão do Sr. Presidente titular da Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência agradece a lembrança e assim procederá.

Em votação 2.a discussão do Projeto de Resolução no. 210/77. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a VOTAÇÃO — do Projeto de Resolução 214/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 208/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Ibiaporã, visando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados em exercício do Magistério, nas quatro primeiras séries do 1o. grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 215/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 217/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Guaraqueçaba, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Votei favoravelmente, até este instante, os projetos de resolução consubstanciando convênios com os municípios de Ibiaporã, Telêmaco Borba, Jacarezinho, Guarapuava.

Daqui para frente, não posso, passivamente, conceder meu voto favorável à aprovação dos convênios que seguem.

Depois, Sr. Presidente, do que acabei de ouvir, a sábia indignação do eminente Deputado Muggiati Filho, sacode os brios desta Casa para fatos que estão ocorrendo.

Quando depois, de em vez outras, têm assistido passar pela mesma tribuna eminentes e honrados Deputados, tratando de questões semelhantes e apontando outros aspectos das caminhadas governamentais do Estado, não sei, Sr. Presidente, como, quieto, mudo e passivo, possa emprestar meu voto favorável à aprovação de convênios com municípios dirigidos por Prefeitos do partido governista.

E passo a explicar porquê: porque todos aqui afirmaram, testemunharam, que, adremente preparados, saem daqui esses tipos de convênios para as festas que se realizam nos fins de semana, no interior paranaense.

E quantas e quantas vezes, também se disse aqui, por coincidência ou não sei o quê, os convênios, em tantos vasos, a serem celebrados com municípios administrados pelo Movimento Democrático Brasileiro, são vetados.

De uma forma ou de outra, Sr. Presidente, os homens que têm a responsabilidade de dirigir os municípios, eleitos pela legenda do MDB, têm sido obrigados, invariavelmente, a um trabalho insano, a um corre-corre, de Secretaria em Secretaria, de porta em porta, bradando pela necessidade de administrar e de conquistar do Governo do Estado os benefícios que lhes são de direito. Poucas e poucas vezes têm sido atendidos.

Não sei, Sr. Presidente, se devesse emprestar passivo, quieto e mudo a minha colaboração a esta aprovação. Não cogito se a Casa tem hoje quorum, maioria, para dar sequência e para dar aprovação a esta matéria.

Não sei e também não consinto que os meus companheiros do MDB a se atrelarem a esta mesma linha, apenas não conferirei o meu voto favorável sem que antes aqui veja maioria assentada de Deputados arenistas porque eles sim, os que acompanham formando a corte governamental, os que acompanham as caminhadas de S. Exa., forjadores destes convênios, conquistadores destas facilidades, deveriam ser os primeiros a aqui vir referendar, o que propõem e o que conseguem.

Sei que deveria ser objetado, Sr. Presidente, de que aprovei os convênios realizados por prefeituras emedebistas. Poder-se-ia objetar. O fiz aprovando para legitimar o trabalho destes prefeitos, cansativo e sacrificial.

Poderia alguém tentar também objetar, dizendo-me que numa atitude como esta estaria a prejudicar o município, dirigido e administrado, também e quem sabe talvez, por honrados e dignos prefeitos eleitos sob a legenda da Aliança Renovadora Nacional.

O fato não ocorre. Não é verdadeiro. Os contratos já foram celebrados, os convênios já se firmaram. As obras e os serviços deles decorrentes já estão implantados. Prejuízo não há. Prejuízo, pode haver, para que se ajuste o Governo do Estado na frente legalmente, diante de uma recusa desta Casa que eventualmente possa oferecer a um convênio que foi por ele celebrado.

Não empresto, Sr. Presidente, o meu voto favorável a convênios assim firmados, a convênios que aqui venham ter com esta cor e esta coloração. Assim procedendo, é a imagem que posso prestar, humilde e modesta, mas é a homenagem que posso prestar aos heróis dos Prefeitos do MDB, pressionados, coagidos, mas que de pé se mantêm procurando implantar em suas comunas a administração ditada pelo programa da Oposição do Paraná e do Brasil.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Continua em votação o Projeto de Resolução no. 215/77. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ENÉAS FARIA — Registro o meu voto, Sr. Presidente, contrário.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência defere e vai registrar o seu voto contrário.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 234/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 66/77, ex-Proposição no. 388/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Lobato, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.O.-P.T.C., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 235/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 68/77, ex-Proposição no. 394/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o Município de Alvorada do Sul, objetivando execução de obras de reparos na Agência de Rendas daquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 236/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 68/77, ex-Proposição no. 396/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Barracão, objetivando execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Professora Leonor Castaliano, na sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 237/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 68/77, ex-Proposição no. 399/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o Município de Santo Antônio do Sudoeste, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Grupo Escolar Santo Antônio, na sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 238/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 68/77, ex-Proposição no. 403/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o Município de Uraí, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual de Uraí. Parecer Favorável da C.C.J. por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 07/77, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à atividade privada para efeito de aposentadoria. Anexo o Projeto de Lei no. 08/77, do mesmo autor, e o Projeto de Lei no. 61/76, de autoria do Deputado David Federmann, que versam sobre a mesma matéria. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., com substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 66/77, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da cidade de Bela Vista do Paraíso. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 39/77, de autoria do

Deputado Ivp Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a alienar por doação, ao Município de Pato Branco, os imóveis que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença neste Plenário, do Sr. José Rosário de Carvalho, Vereador de Pato Branco.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB, constante do Expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Renato Bernardi e Valter Pietrângelo, para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição do Estado, no que tange o problema do menor. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Waldenício Barbalho, para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição do Estado, no que tange reciprocidade de tempo de serviço. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, com o apoioamento dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Domício Scaramella e Adalberto Daros, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo pela passagem do Jubileu Sacerdotal do Bispo da Diocese de Palmas, S. Exa. Revma. Dom Agostinho José Sartor. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em sessão de junho, apresentei um requerimento, destacando um acontecimento de repercussão social religiosa, em Curitiba, que recebeu o voto contrário, apenas do Deputado Nilso Sguarezi, que o criticou, considerando-o sem importância.

Entretanto, o mesmo Deputado subscreve agora o requerimento em tela, pelo qual também traz à Casa e à consideração da Assembléia, um fato de repercussão social de natureza semelhante àquela de minha autoria, e que igualmente não se vincula diretamente às funções legisferantes desta Casa.

Embora haja estranhado a atitude do eminente Parlamentar, que o classificou de irrelevante uma proposição, talvez por lhe ser desconhecida a comunidade religiosa, então, destacado o seu dirigente, votarei com o seu mérito e oportuno requerimento, também assinado pelo nobre Deputado Deni Schwartz, por julgar que esta Casa é autêntica caixa de ressonância, do que ocorre na sociedade, sejam se assuntos relacionados com civismo, com os esportes, com a cultura, com a educação, com a assistência social e também com a religião.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Em votação o requerimento em tela. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Associação dos Advogados de Apucarana e de efusivas congratulações com o Dr. Michel Soni, por sua ascensão à presidência da referida entidade. — Aprovado.

Requerimento de autoria do S. Deputado Del Ciel, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Indústria e Comércio e ao Sr. Presidente do IBC, consubstanciado em sugestões para atender as necessidades prementes da Cafeicultura Brasileira e em defesa de nossa política econômica financeira. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segu-

rança Pública, encarecendo providências no sentido de que seja dotada a Sub-Delegacia de Polícia do Distrito de Sarandi, Município de Marialva, de condições para alcançar a sua finalidade, dotando-a, principalmente, de uma viatura para locomoção dos elementos lá destacados. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando urgência na solução da falta de salas de aula na sede do Distrito de Sarandi, Município de Marialva. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado à SUNAB e CIP, alertando-lhes para o fato de que em nosso Estado e principalmente em Curitiba, quase não existe à venda o chamado "pão francês" e o efeito do seu tabelamento aqui se torna praticamente inútil. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo providências de regularização de expedição de Cédulas de Identidade, na cidade de Londrina, e municípios da região. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Delegado do Trabalho, no sentido de determinar a fiscalização para cumprimento do que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, no seu artigo 80 e respectivo parágrafo, que trata de salário do menor em regime de aprendizagem. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando a inclusão no Plano Rodoviário Estadual atual, da continuidade da pavimentação asfáltica do trecho que liga o Município de Amaporã à Santa Cruz do Monte Castelo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Delegado Regional do Trabalho e Presidentes da SANEPAR e COPEL, alertando para o fato de que, junto a várias casas de comércio, são oferecidos serviços de mão de obra tidos como especializados, por valores exorbitantes, sem fiscalização por parte das autoridades competentes ou mesmo identificação de tais elementos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A, encarecendo a instalação de uma agência do referido estabelecimento bancário na sede do Município de Peabiru, dessa forma, descentralizando o serviço congênere de Campo Mourão, para que tenham os rurícolas de Peabiru, Araruna e Terra Nova um atendimento eficiente e rápido e menos oneroso. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente da AMEPAR, Sr. Prefeito Antônio Grassano Júnior, pelo grande êxito, quando da instalação do Governo do Estado no Município de Arapongas, um acontecimento que empolgou a todos que nele tomaram parte. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos 68 e 69/77 e de Resolução nos. 10/75, 205, 207, 210, 214, 215, 234, 235, 236, 237 e 238/77,

*2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos. 07, 39 e 66/77.
Levanta-se a Sessão.